

## ANÁLISE DA POBREZA, FATALISMO E RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS NAS REGIÕES NORDESTE, NORTE E SUL DO BRASIL

### ANALYSIS OF POVERTY, FATALISM AND RESILIENCE IN RURAL COMMUNITIES IN THE NORTHEAST, NORTH AND SOUTH REGIONS OF BRAZIL

Verônica Moraes XIMENES \*

Carlos Eduardo ESMERALDO FILHO\*\*

Julia Monte Salles GONÇALVES\*\*\*

Maria Natália Bizerra Pimentel MONTEIRO\*\*\*\*

---

**Resumo:** O objetivo é analisar a pobreza, o fatalismo e a resiliência em comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul do Brasil. A pobreza multidimensional propicia uma análise complexa ao levar em conta várias dimensões da vida humana. A resiliência e o fatalismo podem ser considerados categorias que contribuem para o enfrentamento do contexto de adversidades e opressão. A metodologia qualitativa foi desenvolvida nas comunidades rurais da Região Nordeste (Pentecoste), Norte (Humaitá) e Sul (Cascavel) com 14 grupos focais, sendo quatro em Pentecoste, cinco em Humaitá e cinco em Cascavel. Os resultados retratam que a pobreza rural aponta tanto para estratégias adaptativas frente às privações e sofrimentos característicos da pobreza e ações que visam modificar a realidade ou reivindicar políticas públicas. O fatalismo e a resiliência apresentaram-se como uma ferramenta para suportar o sofrimento de caráter adaptativo e poucas situações de transformação da realidade.

**Palavras-chave:** Pobreza. Resiliência. Fatalismo. Rural.

---

**Abstract:** The objective is to analyze poverty, fatalism and resilience in rural communities in the Northeast, North and South regions of Brazil. Multidimensional poverty provides a complex analysis by taking into account various dimensions of human life. Resilience and fatalism can be considered as categories that contribute to coping with the context of adversity and oppression. The qualitative methodology was developed in the rural communities of Northeast (Pentecoste), North (Humaitá) and South (Cascavel) with 14 focus groups, four in Pentecoste, five in Humaitá and five in Cascavel. The results portray that rural poverty points both to adaptive strategies to the privations and sufferings characteristic from poverty and actions that aim to modify the reality or to demand public policies. Fatalism and resilience were presented as a tool to support the suffering of adaptive character and a few situations of transformation of reality.

**Keywords:** Poverty. Resilience. Fatalism, Rural.

---

Submetido em 27/11/2018.

Aceito em 10/08/2019.

---

\* Professora da Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona, Pós-doutora em Psicologia pela UFRGS, Pesquisadora do CNPq (PQ-2). Av. da Universidade, 2762, Benfica - CEP: 60.020-180 - Fortaleza/CE., Departamento de Psicologia da UFC. E-mail: <vmorais@yahoo.com.br>.

\*\* Psicólogo, Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e Professor da Unifanor Wyden. Av. da Universidade, 2762, Benfica - CEP: 60.020-180 - Fortaleza/CE., Departamento de Psicologia da UFC. E-mail: <cefilho@gmail.com>.

\*\*\* Aluna de Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, Bolsista PIBIC/CNPq e integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM). E-mail: <julia.mosago@gmail.com>.

\*\*\*\* Aluna de Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, Bolsista PIBIC/CNPq e integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM). E-mail: <maria.natalia.bizerra@gmail.com>.

## **Introdução**

A concepção de pobreza adotada nesse artigo baseia-se numa perspectiva multidimensional a partir dos estudos de Sen (2000) de modo que as privações características da condição de pobreza são compreendidas tanto no seu contexto social, político e econômico de produção e de manutenção, como também na sua vivência subjetiva. As privações estão relacionadas às condições de vida dos indivíduos e famílias na sociedade global, que incluem diferentes dimensões materiais, como acesso a bens e a políticas públicas. Já a dimensão subjetiva abrange a autopercepção do indivíduo, enquanto pobre, e o impacto da pobreza no seu psiquismo, que também se relaciona ao contexto cultural onde ele está inserido (XIMENES et al., 2016)

A Abordagem das Capacitações de Sen (2000) entende a pobreza como privação de capacidades e de liberdades, ultrapassando a dimensão monetária. Nessa compreensão, as condições diversas de privações vivenciadas pelas pessoas em situação de pobreza incluem aspectos relacionados ao acesso à educação, saúde, direitos humanos, alimentação, emprego, dentre outras questões. Essas privações, oriundas do contexto socioeconômico, restringem as capacidades de indivíduos e grupos de agirem no sentido de enfrentamento dessas condições.

Dessa forma, buscamos compreender as implicações psicológicas da pobreza, sem deixar de considerar o seu processo de determinação estrutural a partir do modelo vigente de sociedade, cuja lógica é desigual e concentradora de renda (GUZZO, 2016). Nesse sentido, destacamos que existe uma estrutura social opressora que impacta na vida e no psiquismo das populações. No Brasil, segundo Sawaia (2014), apesar de ter havido redução da pobreza nos anos anteriores a 2014, não houve transformação significativa nos marcos estruturais de dominação política e econômica, de maneira que persistem altos índices de desigualdade social, combinados com o aumento da violência contra os pobres.

A pobreza, entendida como uma forma de opressão, caracteriza-se como negação da vida e da identidade das populações latino-americanas (GÓIS, 2008), numa ordem injusta e desumanizante, que produz violência e limita a capacidade de existência e de ação das pessoas. Daí a importância de compreender o contexto de opressão no qual estão inseridas as populações em situação de pobreza. No caso da realidade brasileira, historicamente se constitui um modo de subjetivação que contribui para a naturalização e criminalização da pobreza, bem como a culpabilização dos pobres pela sua situação, servindo para a manutenção da ordem social vigente e da estrutura ideológica reprodutora da pobreza (MOURA Jr.; XIMENES; SARRIERA, 2014).

Acerca do contexto rural, devemos compreendê-lo em certas especificidades que o diferenciam da zona urbana, tais como maior ligação com a terra e relações comunitárias mais próximas. Apesar de se diferenciar desse contexto, a zona rural também apresenta problemas sociais complexos. Os resultados da pesquisa de Ximenes et al. (2016) apontam que os moradores das áreas rurais possuem maior dificuldade de

acesso a serviços, apresentando maior grau de privação nos quesitos habitação e educação do que os residentes nas cidades. Além disso, os residentes no contexto rural compreendem a pobreza principalmente a partir das dimensões trabalho e renda, diferentemente dos moradores de áreas urbanas, que consideram também as dimensões saúde, educação e habitação. Destacam-se, dessa forma, impactos dessas condições opressoras nos processos subjetivos dos indivíduos, tais como: resiliência e fatalismo.

Compreende-se, de maneira geral, resiliência como sendo o processo onde o sujeito consegue superar as adversidades, adaptando-se de forma saudável ao seu contexto (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006). A resiliência é uma das diversas formas de enfrentamento da pobreza de acordo com o contexto em que o sujeito está inserido, coerente com a concepção multidimensional da pobreza, se mostrando como uma ferramenta de enfrentamento à pobreza, muito comum, principalmente nas regiões rurais e nas periferias urbanas do País.

As mudanças ocorridas na modernidade e nos meios desenvolvidos de estar e ser no mundo incutiram um novo ritmo, novas exigências, novas demandas, bem como as adversidades que num contexto de pobreza trazem consigo a demanda de criação de novos meios de enfrentamento de um contexto de vulnerabilidade. A esse respeito, Silva e Cleto (2016), em pesquisa realizada em uma comunidade quilombola, apontaram que a capacidade de superação das adversidades e o reconhecimento da identidade cultural podem ser considerados como fatores de promoção da resiliência.

Conforme Rooke (2015), não existe um consenso no que diz respeito à definição de resiliência, que se caracteriza como polissêmica, no entanto, geralmente os estudos apresentam o conceito referindo-se aos processos de adaptação e enfrentamento a situações adversas. Independentemente da concepção adotada, é necessário considerar o contexto histórico e social em que o construto foi desenvolvido. Dessa forma, no que tange às populações da América Latina, devemos levar em conta o seu processo de construção político, histórico e cultural, baseados na exploração e escravidão de povos indígenas e africanos. Segundo Góis (2008), o seu reconhecimento, enquanto povo, traz consigo um caráter de submissão e resignação, constituindo assim uma sociedade baseada no conformismo, terreno muito propício para que a exploração dos mais oprimidos ocorra, de forma a perpetuar uma cultura de desigualdade e que reafirma os lugares que cada indivíduo deve ocupar na sociedade.

Nesse sentido, a restrição das potencialidades do indivíduo e negação da sua possibilidade de transformar a realidade de opressão em que está inserido reafirma a alienação na própria formação dos modos de subjetivação. Essa negação não significa que as pessoas em condição de pobreza sejam incapazes de resistir ativamente à opressão, tendo em vista que possuem potenciais de se transformarem e de se colocarem como sujeitos da realidade.

Diante desse cenário, a resiliência é vista como ferramenta de enfrentamento dessa realidade, sendo um instrumento que influencia nos modos subjetivos de se vivenciar a pobreza e a opressão. Pensamos, então, na resiliência como uma categoria de enfrentamento dessas condições, que pode contribuir para o

fortalecimento dos sujeitos e de suas capacidades de lidar com adversidades. No entanto, é importante considerar os limites dessa categoria, que não deve ser vista como uma “saída mágica” (POLLETO; KOLLER, 2006), de modo que os indivíduos resilientes podem lidar melhor e se sentirem mais vivos no que tange às adversidades características da pobreza, no entanto, isso não garante que eles busquem alternativas para transformar a realidade social que gera pobreza e opressão.

No que se refere à resiliência num contexto de pobreza multidimensional, podemos percebê-la não desvinculada de outros conceitos, mas sim atrelada a outros fatores que atravessam os modos de enfrentamento de situações de vulnerabilidade. A vida em condições de pobreza se constitui de forma a ser afetada por implicações psicossociais, que irão interferir e afetar as formas de enfrentamento às adversidades cotidianas desenvolvidas pelos sujeitos.

Outro processo psíquico presente junto a pessoas em situação de pobreza é o fatalismo, que, segundo Martín-Baró (2017), consiste na crença de que os acontecimentos da vida humana são predeterminados. Sendo assim, o destino seria algo imutável, fazendo com que as pessoas apenas o aceitem e se submetam a ele. Conseqüentemente, ao acreditar nisso, os indivíduos não agiriam em prol de uma mudança nas suas vidas. Incerteza, passividade, desconfiança de si mesmo, apatia, conformidade e incontrolabilidade são aspectos do fatalismo denominados por Blanco e Diaz (2007) como referentes diretos do fatalismo. Diante disso, as pessoas acabam atribuindo a causa dos acontecimentos a uma força exterior, como a um Deus ou a um destino certo, desresponsabilizando, assim, tanto os agentes individuais da própria comunidade, quanto o sistema social em que vivem.

Tanto os processos de determinação a partir das estruturas sociais vigentes, como também os processos cognitivos dos indivíduos (ESPARZA; WIEBE; QUIÑONES, 2015), inerentes ao fatalismo, devem ser considerados. Sendo assim, ele está presente tanto em sociedades mais coletivistas, quanto em sociedades individualistas em desenvolvimento ou desenvolvidas. Nas comunidades marcadas pelo coletivismo, o fatalismo é compreendido como aceitação passiva de um destino do qual não se tem controle, movido por forças externas, como a natureza ou Deus (BLANCO; DIAZ, 2007). No entanto, ainda segundo os autores, o fatalismo também acompanha a vida de pessoas pertencentes a culturas mais individualistas que vivem em um contexto econômico altamente desenvolvido e opulento, fazendo com que as pessoas vivam em um clima de incerteza e insegurança frente a eventos que apresentam uma ameaça global para a sociedade. Segundo Ansara e Dantas (2010), o fatalismo passa a ser um esquema ideológico, que tem origem nas estruturas sociopolíticas e se enraíza psicologicamente, assegurando, desse modo, a reprodução da dominação social e a manutenção da ordem estabelecida.

A partir dessa perspectiva, diante das vivências de condições de pobreza e de tentativas frustradas de mudar a realidade, as pessoas podem reforçar a ideia de que não têm controle sobre suas próprias vidas. A pobreza impõe limitações que reforçam as experiências de constante insegurança. Segundo Vallejo-Martín, Moreno-Jiménez e Ríos-Rodríguez (2017), também representaria um esforço cognitivo para

administrar os sentimentos de impotência e desespero que se desenvolvem frente à constatação de que é improvável ter sucesso seguindo os valores da sociedade. Desse modo, diante dos investimentos frustrados em mudar a realidade, Cidade (2012) afirma que a atribuição da responsabilização dos fenômenos cotidianos a uma entidade superior aparece como alternativa para lidar com o clima de tensão social e tem no fatalismo a expressão das consequências danosas de viver em uma cultura da pobreza.

Considerando esses processos psicossociais característicos da condição de pobreza, bem como a impossibilidade de isolar os indivíduos pobres do contexto socioeconômico, torna-se relevante investigar essas estratégias de enfrentamento da pobreza. Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar a pobreza, o fatalismo e a resiliência em comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul do Brasil.

## 1. Metodologia

Esse artigo faz parte de uma pesquisa maior que desenvolveu um estudo comparativo sobre as implicações psicossociais da pobreza em três comunidades rurais da Região Nordeste (Pentecoste), Norte (Humaitá) e Sul (Cascavel) que se encontram em situação de pobreza. No caso específico desse artigo, serão apresentados somente os dados qualitativos. O município de Pentecoste (Ceará), pertencente à microrregião vale do Médio Curu, está localizado a 89 km de Fortaleza. Sua população é de 35.400 habitantes (IBGE, 2011), sendo 14.006 habitantes que vivem na zona rural. A pobreza e a extrema pobreza estão presentes em 5.204 famílias do município, sendo que 50,3% da população pobre do município reside na zona rural (IBGE, 2011). O município de Humaitá está localizado no interior do estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Sul Amazonense e microrregião do Madeira, localizado à 590 km da capital Manaus. Conta com uma população de 44.227 habitantes, dos quais 13.726 são moradores da área rural (IBGE, 2011). A pobreza e a extrema pobreza estão presentes em 7.219 famílias do município, e 45,8% da população pobre do município reside na zona rural (IBGE, 2011). O Município de Cascavel está localizado no Planalto de Guarapuava, no extremo Oeste do Paraná, encontrando-se distante 491 km da capital. Sua população é de 292.372 habitantes, sendo 16.156 sujeitos que vivem no contexto rural. O município possui 11.939 pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, das quais 11,8% residem na zona rural (IBGE, 2011).

A metodologia qualitativa foi desenvolvida com 150 pessoas das três comunidades, distribuídas em 14 grupos focais, sendo quatro em Pentecoste, cinco em Humaitá e cinco em Cascavel. Os participantes eram pessoas que moravam há mais de 1 ano nas comunidades, tinham mais de 18 anos de idade e aceitaram participar da pesquisa após assinar o Consentimento Livre e Esclarecido. A maioria do perfil do público participante foi composta por mulheres trabalhadoras, mulheres aposentadas, mulheres chefe de família, mães e estudantes. No caso dos homens, eram trabalhadores rurais, estudantes, comerciantes e aposentados. Os grupos focais foram realizados no período de novembro de 2015 a agosto de 2016. O processo de organização dos grupos focais contou com a mobilização dos participantes a partir de visitas domiciliares

realizadas pela equipe de pesquisa. Os grupos duraram em média de 1 hora a 1 hora e meia e foram realizados em diversos lugares como: centros comunitários, escolas, equipamentos das políticas públicas e outros.

O material discursivo foi gravado, transcrito e submetido a leituras sucessivas, utilizando o software *ATLAS.ti 5.2* para auxiliar na categorização dos dados organizados em três dimensões de análise: visões sobre a pobreza e culpabilização por ser pobre, resiliência e fatalismo. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma Instituição de Ensino Superior.

## **2. Resultados e Discussão**

### *2.1. Visões sobre a pobreza e culpabilização por ser pobre*

No que tange ao contexto de pobreza vivenciado pelos participantes, os dados foram agrupados em dois temas: a visão da pobreza e a culpabilização por ser pobre. As ideias relacionadas ao tema percepção da pobreza partiram da pergunta “o que é pobreza para você?” e “você se considera pobre?”. A facilitação dos grupos permitiu que as ideias em torno dessa temática fossem além da questão monetária, possibilitando também a compreensão das vivências dos participantes no que se refere ao contexto de pobreza.

Nesse sentido, as falas dos membros dos grupos focais dizem respeito ao fato de se considerar ou não pobre. A esse respeito, uma primeira questão aponta para a autopercepção de “nem rico, nem pobre”, de modo que muitos não se consideram pobre em virtude de terem o que comer, o que vestir e onde morar. Associada a essa concepção, surge outra ideia que é a autopercepção ser rico por ter saúde e ter condições de trabalhar. Na fala adiante, essa ideia se mostra individualista:

*Assim, a gente tem só a casa pra morar, e olha, eu moro no que não é meu né, mas eu me considero assim, não vou dizer rica nem pobre, média, porque se eu tenho saúde e eu tenho vontade de fazer as coisas, eu vou e faço. Então... Pobre, pobre, pobre, eu pra mim, é a aquele que não tem saúde e ainda além disso tem preguiça (Cascavel, GF5).*

Nesse aspecto, compreende-se que antes existia pobreza porque as pessoas passavam necessidade e precisavam pedir esmolas: “Hoje tem dificuldade, pobreza tem não” (Pentecoste, GF1) e “conheci pessoas que pediam porque precisavam mesmo, era necessário. Porque era preciso mesmo. Hoje em dia nem jurando eles iam, dizia “vou nada, deus o livre”, porque? porque não necessita” (Pentecoste, GF1). A pobreza é entendida como miséria, de modo que pobres são os miseráveis, que passam fome, não tem onde morar e precisam pedir esmolas para sobreviver. Isso mostra que a vivência de pobreza extrema já vivenciada no passado aparece como um parâmetro para a autopercepção da pobreza, pois com a melhoria das condições de vida decorrente de políticas de inclusão social, eles passaram a se alimentar melhor e satisfazer as necessidades mais básicas: “De alta e de baixa renda, mas pobre assim de morrer como lá na África não tem não”. (Humaitá, GF4).

Também surgiram falas que conseguiram diferenciar claramente a pobreza da miséria, compreendendo que as condições atuais permitem se manter, sobreviver e a satisfação de algumas necessidades básicas, como alimentação, vestimenta e moradia, no entanto persistem privações de lazer: “(...) *uma praia eu não conbeço, então a gente não tem esses divertimentos de sair, eu vou curtir, eu vou tirar uma férias, não, isso não existe pra nós*” (Cascavel, GF5). Acerca da alimentação, as condições permitem comer e não passar fome, mas a alimentação é restrita pela falta de dinheiro: “*Eu mesmo sendo funcionária, eu me considero pobre, porque eu não tenho condição de comer todo dia minhas frutas que eu gostaria*” (Pentecoste, GF4). Assim a satisfação das necessidades de alimentação está comprometida. Essa concepção da pobreza se assemelha ao que Siqueira (2011) compreende como visão empirista da pobreza, que considera a pobreza a partir da ideia de satisfação de necessidades básicas, bem como da posse e do acesso a bens. Essa visão desconsidera a complexidade da sociedade capitalista, de modo que não se pode analisar a pobreza apenas na sua materialidade, devendo ser considerada a condição social na qual o indivíduo está imerso, bem como as relações de exploração no trabalho.

Os participantes da pesquisa relatam, portanto, uma situação de ter uma melhor alimentação no período da realização da pesquisa em 2015 do que no passado: “*nós não tem essa fome de sair pedindo que nem era antigamente, pediam porque necessitavam mesmo*” (Pentecoste, GF1). Corroborando com essa ideia, Santos et al. (2018) concluíram que houve uma significativa redução da prevalência de insegurança alimentar no Brasil entre 2004 e 2013. Além disso, é importante considerar que a segurança alimentar não significa somente não passar fome, pois implica também numa alimentação equilibrada e balanceada.

De forma geral, os relatos apontam para uma compreensão multidimensional da pobreza, identificando, além da alimentação inadequada, a falta de oportunidades no município, como a inexistência de indústria, reduzindo as chances de conseguir emprego, bem como outros aspectos associados à pobreza. Este participante identifica a pobreza como relacionada ao trabalho, à escolaridade, à nutrição e à renda: “*Acho que é a falta de emprego né! As pessoas não tem acesso né, pouco estudo, acho que fica mais difícil daí né de ter um ganho, conseguir ter o que comer pelo menos, de vestir né. Ai fica mais complicado. E agora do jeito que está feio as coisa né, fica difícil*” (Cascavel, GF1). Outra fala percebe-se uma forte vinculação da pobreza multidimensional com trabalho e educação: “*Mas uma coisa que atrapalha o trabalho é que o mercado tá raro, quem deseja estudar tem que estudar (...) o Ensino Médio, num tá dando mais pra gente, tem que fazer uma faculdade (..) é só o que tá difícil em Humaitá é desemprego, isso é a única coisa*” (Humaitá, GF3).

Essa forma de entendimento multidimensional da pobreza amplia a estratégia de compreensão e de vivência pelas pessoas que estão nessa condição, expandindo o escopo de compreensão para além da renda. Para Sen (2000), a pobreza se manifesta de maneira complexa, de modo que, por ser compreendida como privação de capacidades básicas, e são consideradas outras questões que influenciam as capacidades e liberdades dos indivíduos, pois há privações tão ou mais importantes do que a renda.

Outras dimensões da pobreza também surgiram nos grupos focais, incluindo a crítica à falta de políticas públicas, no que se refere à seca, no caso do Nordeste: *“o problema não é da seca, que a seca a gente não vai acabar com ela, ela vai continuar convivendo com a seca. A questão mais são as.. é as políticas públicas. A falta de política pública, entendeu?”* (Pentecoste, GF3). Também houve relatos relacionados a processos educativos e de formação universitária capazes de permitir o enfrentamento de pobreza e gerar melhores condições de vida: *“Esse coisa, questão da educação, e a pobreza que a gente sempre tenta por meio dos estudos. É uma formação pra dar um retorno, pra dar uma condição melhor”* (Pentecoste, GF3).

Outra questão importante associa o enfrentamento da pobreza às relações comunitárias saudáveis, amizade e confiança. *“Eu considero uma pessoa pobre, mas ao mesmo tempo uma pessoa rica, só a confiança que a comunidade tem em mim já faz a gente ficar rico”* (Cascavel, GF3). Além do apoio oriundo das relações informais na comunidade, há ainda a percepção de apoio de serviços públicos como essencial ao enfrentamento, no caso do apoio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Posto de Saúde: *“A gente tem que dar graças a Deus que tem a ajuda do posto né, do CRAS, que ajuda né, porque eu também fui muito pelo pessoal do CRAS né e do posto, se não fosse o pessoal do posto eu passava fome né, eu passei muita dificuldade, agora se eu puder ajudar os outros assim, eu ajudo com maior orgulho”* (Cascavel, GF1). Nesses relatos, percebemos duas fontes de apoio: o apoio informal comunitário, que implica numa rede de solidariedade característica das relações comunitárias, e o apoio institucional, que, no caso, é originado na prestação de serviços oriundos das políticas de assistência social. Conforme Silva et al. (2016), o apoio social pode ser uma estratégia de enfrentamento das condições de pobreza, na medida em que permite o fortalecimento de vínculos sociais e amplia a capacidade dos indivíduos e grupos de desenvolverem recursos cognitivos e afetivos para agir diante das condições adversas e buscar modificá-las.

O enfrentamento da pobreza se dá a partir do indivíduo, do seu esforço em ser determinado, estudar e trabalhar. Nesse sentido, duas principais ideias se sobressaíram nos relatos. A primeira culpabiliza as pessoas pela condição de pobreza, como sendo causada pela preguiça, falta de comodismo ou por simplesmente não querer trabalhar. *“eu acho que é pelas pessoas mesmo, ninguém vai atrás de nada, como eu falei, serviço tem, o que falta é a vontade de trabalhar, não é não é fala a crise, a crise somos nós mesmos, ninguém vai atrás de nada, ninguém tem”* (Cascavel, GF5). A segunda ideia deriva da primeira, no entanto associa o comodismo às políticas sociais, como o programa de transferência de renda e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir da crença de que a lei proíbe os jovens de trabalhar: *“É, porque o bem, o bem, que não trabalha, ele consegue arrumar uma Bolsa Família, ele consegue arrumar um encosto, ele ganha as coisas fácil. Não é como quem trabalha, não é. Ele pega, ele ganha, né”* (Humaitá, GF5). Por outro lado, surge a valorização da determinação e do trabalho como garantidores das boas condições de vida e do enfrentamento de pobreza: *“Eu tenho saúde, trabalho, levanto cedo, trabalho depois eu vou dormir cansado, durmo a noite inteira, pra mim é a maior riqueza”* (Cascavel, GF3).

Accorsi e Scarparo (2016) também encontraram representações semelhantes em pesquisa junto a pessoas em condição de pobreza, que colocam a responsabilidade pela pobreza na vontade e na ação dos



sujeitos para buscar melhorar de vida, percepção que está relacionada a discursos sociais que culpabilizam os pobres pela sua pobreza. Essas representações implicam numa visão de pobreza como disfunção, acompanhada da auto-responsabilização e da culpabilização dos indivíduos pela condição de pobreza (SIQUEIRA, 2011). Essa concepção compreende a pobreza como opção pessoal, desajuste, disfunção ou patologia de grupos ou indivíduos marginais e de déficit educacional e/ou de capacidades. Tratam-se de processos psicossociais que vão se constituindo a partir da vivência da condição de pobreza, dentro de um contexto social e político marcado pela sua naturalização.

Considerando que a pobreza é um fenômeno complexo, rechaçamos a sua individualização, a partir da compreensão trazida por Burt e Sanabria (2016), para quem a pobreza acontece de diferentes formas, não se constituindo apenas a partir de ações individuais, de modo que resulta da interação entre três níveis de atores: o indivíduo, o Estado e a sociedade.

Os relatos obtidos nos grupos focais revelam uma multiplicidade da compreensão da pobreza, na medida em que abarcam as suas materialidades, ou seja, seus aspectos objetivos que incluem as privações de bens e direitos, tais como os relatos da insuficiência de renda para viver bem ou de um contexto com poucas oportunidades de trabalho. E também abrangem os seus aspectos subjetivos, que dizem respeito não somente à visão de pobreza, mas também aos processos psicossociais que podem favorecer ou bloquear o enfrentamento, como a determinação para estudar, trabalhar ou fazer algo para mudar a realidade da comunidade. Vale ainda ressaltar que esses aspectos subjetivos não se limitam a uma dimensão individual, de modo que apenas a determinação do indivíduo não é suficiente para melhorar as condições de vida.

## 2.2. Resiliência

Um modo de entender a resiliência encontra-se no foco circunstancial, ou seja, a resiliência é entendida enquanto uma força, uma estratégia de enfrentamento, um conjunto de habilidades utilizado em um determinado contexto por um indivíduo para lidar com adversidades. Não se trata de ser ou não resiliente, como sendo uma característica fixa e inerente ao sujeito, pois resiliência não é uma característica de personalidade, mas sim um conjunto de ações movidas por determinados pensamentos e atitudes relativos ao momento de adversidade ou vulnerabilidade (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006). Sendo assim, podemos dizer que a resiliência pode ser um produto do meio onde o sujeito está inserido e que pode ser desenvolvida a partir de relações e situações já existentes no contexto comum ao indivíduo.

Dessa forma, em algumas falas, surgiram elementos que nos fazem entender que a resiliência não é um processo que ocorre de forma isolada, de modo que sua significação tem uma relação direta com o outro, sendo esse outro concebido como fator de proteção, muitas vezes presente como um sentimento de fortalecimento por meio da rede de apoio social:

*porque quem mora na localidade, em um povoado que nem esse daqui, se nós ir lá com eles, se nós reivindicar as coisas juntos, aí nós tem as coisas, que todo mundo tem, aí se for só um, dois ou três, aí não tem não, porque só vai um, dois ou três, onde tem quinhentas, quatrocentas pessoas, três pessoas, quatro pessoas, reivindicar as coisas para a maioria, né? Tem que ser todo mundo (Pentecoste, GF4).*

A busca de melhoria de vida, como forma de enfrentamento e de fortalecimento em meio às adversidades adquire, portanto, um sentido coletivo, atravessado pelo sentimento de comunidade e a satisfação com a vida: “*Eu to com boa vida em Humaitá. Meu marido morreu. Eu vou ficar até o fim, né?*” (Humaitá, GF2). Ao falarmos de modos de enfrentamento na situação de pobreza e no contexto de opressão, não podemos apartar o sujeito do seu convívio em comunidade, muito menos negar sua constituição enquanto ser relacional. As falas acima nos trazem a vivência da resiliência, enquanto processo que ocorre atravessado numa rede de relações comunitárias. Esses resultados são coerentes com os estudos de Martins e Araújo (2013), que concluíram que a resiliência não é resultado de traços individuais, tendo em vista que, apesar de produzir mudanças nos indivíduos, ocorre na coletividade, no âmbito interativo. Dessa forma, as pessoas vão se tornando resilientes a partir da construção de vínculos com pessoas significativas.

No entanto, há também discursos que demonstram a resiliência individual, tanto em decorrência da deficiência de acesso às políticas públicas, como também devido ao contexto de pobreza e opressão. São pessoas que lidam no seu cotidiano com restrições e adversidades, mas que contam com a proteção e os recursos de seu ambiente e, na falta deles, de suas próprias potencialidades para seguir suas trajetórias de vida e atender, mesmo que minimamente, às suas demandas. Pessoas que crescem, se desenvolvem e aprendem, principalmente por suas capacidades e características positivas do que pelas suas limitações e possibilidade de adoecimento (POLLETO; KOLLER, 2006)

No que diz respeito à pouca presença de suporte dos serviços públicos, surgiram avaliações positivas, por parte de alguns, e insatisfações, por parte de outros. Os que demonstraram insatisfação com o serviço de saúde relatam recorrer a chás e remédios caseiros, antes de procurar o posto de saúde, o que pode revelar tanto a descrença na resolutividade do serviço, como também uma certa autonomia no cuidado com a saúde pessoal. No entanto, a resiliência, enquanto estratégia adaptativa, não surgiu somente devido à dificuldade de acesso aos serviços, mas no enfrentamento de condições adversas características da pobreza, conforme expresso na fala adiante:

*Eu já passei até 3 dias sem gás na minha casa cozinhando na lenha, (...) a minha filha foi lá pedir uma botija de gás (...) aí enrolou, enrolaram tanto e acabaram que passou uns 3 dia andando atrás desse gás e não deram. Aí eu falei pra ela: ‘menina, para com isso, vamo catar uns pau, faz o fogo aí e vamo cozinhar com o que tem’” (Humaitá, GF2).*

*Ah, claro que a gente faz algum chá em casa né, quero ver quem que não faz, eu, eu mesmo faço (Cascavel, GF5).*

Trata-se, portanto, de uma relação entre pobreza e resiliência, corroborando as análises de Rooke (2015) a partir de uma revisão bibliográfica, quando encontrou estudos que demonstram o desenvolvimento da resiliência, por famílias e grupos, em decorrência da condição de pobreza.

Os que se mostraram satisfeitos com os serviços públicos, comparam a qualidade dos serviços com os que são oferecidos por comunidades vizinhas: “*eu tava assistindo ne, que aqui precisou de um exame né, já mandam já encaminham e tem lugares que não tem isso, (...) você fazer uma mamografia aqui você marca leva dois três meses mas você já consegue, tem lugar que é dois anos e a pessoa não consegue ainda (...)*” (Cascavel, GF4). Nesse mesmo grupo focal, no entanto, o simples fato de estar vivo já é apontado como motivo suficiente para continuar resistindo, ao passo que isso pode se transformar num discurso fatalista: “*tando viva já ta bom*” (GF4, Cascavel). Segundo Silva e Cleto (2016), a resiliência contribui para a superação dos problemas, mas também favorece a capacidade de se desenvolver diante dessas situações adversas.

A resiliência aparece na busca por encontrar soluções para gerar renda num contexto marcado por redução de atividades econômicas, conforme a fala seguinte que trata de um modo de resistência individual:

*Eu tenbo o meu salão há 28 anos. Então no começo do ano, teve uma queda assim em Humaitá. Então nessa queda o movimento do meu salão caiu. Tem, alugado uma estepe, aquele monte de mulber malhando, o que foi que eu fiz? “Eu vou já tirar o atraso do dinheiro do salão”. (...) Comprei naquela semana, montei um cachorro-quente, um suco e naquela semana eu ganhei dinheiro”* (Humaitá, GF1).

Apesar das situações adversas, ao nos atentarmos aos relatos dos entrevistados, podemos observar uma esperança sempre no porvir, com a crença de que no futuro as coisas poderão melhorar, o que pode ser um modo pelo qual eles continuam resistindo. A resiliência como um fator presente na vida dos participantes tem um caráter singular na construção dos processos de enfrentamento ao contexto de pobreza e opressão, seja de forma individual, seja a partir de uma rede de relações.

### 2.3. Fatalismo

No que tange ao fatalismo, nos relatos aparecem tanto o fatalismo coletivista, quanto o individualista (BLANCO; DIAZ, 2007). Mesmo sendo mais comum atribuírem a responsabilidade a Deus, há também algumas falas de aceitação e acomodação da realidade vivida por considerarem que é impossível mudá-la, diante das tantas experiências de impotência já vivenciadas. Em muitas falas apareceu a ideia de que Deus é o responsável pelo que acontece na vida, e também, a acomodação diante da realidade em que vivem, carregada por uma sensação de impotência. A atitude fatalista é comum em situações de pobreza, visto que os indivíduos que nascem com condições desfavoráveis de vida tendem enfrentar cotidianamente forte opressão sócio-política limitadora de suas potências como cidadãos.

A atribuição da responsabilidade a uma força exterior divina, tendo como consequência uma aceitação submissa e apática de um destino dado como certo é mais frequente em sociedades mais marcadas

por sua coletividade. Essa noção de fatalismo coletivista aparece na fala: *“Eu fiquei muito, assim, é... preocupada não, porque eu não posso dar jeito, mas Deus dá”* (Humaitá, GF4), atribuindo a Deus o poder de controlar a vida, apresentando uma atitude submissa, resignada e acrítica por não se perceber como um indivíduo capaz de promover mudanças devido a um esquema mental regido pela opressão sócio-política em que vivem. Segundo Ansara e Dantas (2010), o indivíduo que vive nessa situação aprende desde cedo qual é o seu papel social e que suas tentativas de mudança não produzirão transformações reais na sociedade, sendo esta marcada por exploração e opressão. Diante disso, as pessoas passam a responsabilizar forças divinas ou mais poderosas para explicar a permanência da ordem social estabelecida, aceitando que a vida é assim e não há nada a fazer que possa mudá-la.

Diante disso, os indivíduos passam a enxergar Deus como a única força capaz de resolver todas as questões adversas que se apresentam em suas vidas, entrando num comportamento de aceitação dessa realidade: *“Você chega e conta pra uma amiga, pruma irmão, pruma mãe, prum irmão. E aí tá sentindo. E aí pronto. Entrega pra Deus, né. Deus é quem resolve tudo”* (Pentecoste, GF3). Essa atitude pode também afetar o planejamento do futuro, visto que se o indivíduo acha que não possui o controle da própria vida, não vale a pena planejá-la: *“A gente faz um plano e Deus faz outro né? Daqui a dez anos sei de nada, num é verdade. a gente faz um plano e Deus faz outro, eu posso estar viva e posso não estar, aí só Deus pode responder por mim.”* (Pentecoste, GF4). Para Vallejo-Martín, Moreno-Jiménez e Ríos-Rodríguez (2017), esse tipo de fatalismo se caracteriza por uma atitude submissa e acrítica diante do sistema estabelecido, perpetuando-o, assim, ao acreditar que os acontecimentos não dependem de si, mas de uma força divina. Além disso, por terem essa visão enraizada em si, é comum que pessoas que passaram a vida, ou boa parte dela, tentando conquistar determinado conforto, ou determinado bem, se anulem diante dessa conquista, dando o crédito para uma força divina. Destaca-se uma frase que sintetiza essa afirmação: *“Só por Deus eu consegui”* (Cascavel, GF5), mostrando, assim, uma atitude fatalista de desresponsabilização ao colocar Deus como o único responsável por suas conquistas.

O fatalismo que Blanco e Diaz (2007) denominam de individualista, o qual é mais comum em sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento, surge como uma estratégia de adaptação à realidade, geralmente marcada por violências, ameaças e opressões diárias de vários tipos, diante da tensão causada por viver em um cenário limitado por incertezas. Como consequência, os indivíduos podem passar a não tentar mudar a realidade, visto que já estão acostumados com a opressão sócio-política que vai de encontro a suas tentativas: *“não adianta - falar e não falar não vai fazer diferença nenhuma”* (Cascavel, GF4).

As situações de exploração e de injustiça passam a ser naturalizadas por esses indivíduos e, segundo Guzzo e Lacerda Jr. (2007), quando um fenômeno social é naturalizado, as pessoas passam a enxergá-lo como algo imutável e, portanto, algo fora do seu controle. *“Eu sou aquela pobre que eu não reclamo, eu não exijo, eu não peço”*. (Humaitá, GF2). Os autores também afirmam que por não haver possibilidade de ação diante da força determinante que essas situações impõem sobre a vida, os indivíduos perdem o sentido de luta pela

realização dos seus sonhos, das suas vontades e da busca pelos seus direitos: *“eu acho que não tem como a gente resolver(...)”* (Cascavel, GF4).

Diante da realidade naturalizante dos fenômenos sociais de opressão, Borsoi (2005) defende que é necessário que os indivíduos que a vivenciam, atribuam um sentido coerente e aceitável para o que consideram impossível de mudar, sendo assim, a atitude fatalista funcionaria como uma ferramenta de aceitação e acomodação daquela situação. Essa atitude ocorre quando as pessoas, mesmo em uma situação causadora de sofrimento, não se acham no direito de opinar sobre, visto que a realidade experienciada é naturalizada, tal como destacado nas seguintes falas: *“Ah, pra mim é ‘maravá’, tudo bem, não tem o que achar não”* (Cascavel, GF3) e *“e como nós já estamos acostumados, né?”* (Cascavel, GF4),

Além disso, devido a situações similares a essa serem bastante comuns tanto no Brasil, quanto no resto do mundo, torna-se mais provável a naturalização dessa realidade, visto que se apresenta como algo banal, algo que só pode ser desse jeito, porque é a única forma de viver conhecida. Assim, as pessoas podem se conformar, justificando que em todos os lugares existe esse tipo de situação. Um exemplo disso apareceu na fala de um morador de Cascavel enquanto se discutia sobre a dificuldade de ter o que comer, afirmando que as pessoas, como diz o ditado, *“trabalham hoje pra ter o que comer ontem (...) então fica difícil, né? Mas fazer o que, né, todo lugar existe isso né”* (Cascavel, GF3).

Outra questão recorrente foi a relação das pessoas com o trabalho. A maioria dos indivíduos atribuía a uma força divina o sucesso ou o fracasso do seu trabalho e suas conquistas. Deus é visto como responsável pela sorte da colheita, pela prosperidade e pelo trabalho: *“Eu espero que Deus mande um bom inverno, que a gente tenha prosperidade, que faça a gente trabalhar, faça prosperar. Deus é misericordioso”* (Pentecoste, GF1). No que diz respeito à seca no Nordeste, Ximenes et al. (2017) afirmam que nas comunidades rurais esse desequilíbrio climático, juntamente ao difícil acesso às ações assistenciais e de infraestrutura, contribui para que os indivíduos se sintam desesperançosos, quando eles percebem que, em seu cotidiano, ocorre a diminuição da alimentação, da produção agrícola e dos rendimentos financeiros. Os efeitos climáticos do inverno têm repercussões diferentes nos processos de plantação e colheita. Na Região Nordeste traz a chuva, na Região Sul está caracterizado como período de frio e que pode prejudicar as plantações e no Norte traz a cheia *“O inverno veio e foi no meio da parede da minha casa, destruiu tudo que eu tinha. Ai eu não posso fazer plantio”* (Humaitá, GF4).

Mesmo que isso não se qualifique inteiramente como uma atitude fatalista, é importante chamar a atenção para o fato de que muitas vezes as possibilidades de trabalho, mesmo sem os direitos garantidos, são vistas como uma benção divina e, assim, ocorre uma alienação também mantenedora da ordem estabelecida, visto que as pessoas não buscam a melhoria das situações em que vivem. Nessa situação, por exemplo, o inverno seria vantajoso para a colheita, mas, para isso, outras dificuldades iriam surgir e o único jeito seria apelar para Deus, mesmo sendo um problema político. *“É bom que venha um bom inverno, a gente reza e pede a deus um bom inverno, mas a gente já imagina oque? As dificuldades, como é sai? Se adoecer uma pessoa, como é que*

*sai à noite? É só apelar para Deus*” (Pentecoste, GF4). Segundo Luz (2008), o sistema capitalista visa produzir riquezas através da exploração da natureza e dos trabalhadores e, ao fazer isso, perpetua uma ordem na sociedade que a torna ameaçadora para os indivíduos, que passam a enxergá-la como algo que lhe é alheio, visto que os oprime e os fazem sentir incapazes de realizar qualquer ação que possa mudar essa realidade. Assim, às vezes até o que é conquistado por eles por meio do trabalho, é visto como algo que Deus permitiu: *“Agora tem que agradecer a Deus porque tem o que pôr na panela né”* (Cascavel, GF1).

O fatalismo se mostra, portanto, como uma ferramenta que torna mais provável dar sentido a uma realidade marcada por uma ordem sócio-política opressora ao mesmo tempo que a perpetua. A pobreza, então, impõe limitações que aumentam as incertezas e, conseqüentemente, a atitude fatalista diminui as possibilidades de mudança, visto que leva os indivíduos a uma postura apática por acreditarem que o destino é predeterminado e a única maneira de passar pelas dificuldades é apelando para uma força divina.

### **Considerações finais**

Considerar os aspectos psicossociais subjetivos é fundamental para compreendermos os processos de enfrentamento e transformação social que, no caso da pobreza, significa pensar nos modos de lidar com as adversidades oriundas das condições opressoras, que pode implicar tanto em ação transformadora como em mera adaptação. Nesse sentido, o contexto de pobreza rural investigado contribui para determinar modos subjetivos de enfrentar a realidade, de maneira que os resultados demonstraram formas de enfrentamento que apontam tanto para estratégias adaptativas frente às privações e sofrimentos característicos da pobreza, como também para ações que visam modificar a realidade ou reivindicar políticas públicas que possam promover melhorias nas condições de vida.

Esse estudo demonstrou que a resiliência e o fatalismo podem funcionar como recursos para o enfrentamento da pobreza a partir de estratégias adaptativas, mas também foram apontados potenciais para ações que buscam promover transformações. O fatalismo foi visto como uma ferramenta tanto para suportar o sofrimento oriundo das condições opressoras da pobreza, como também, para lidar com a incerteza e complexidade que caracterizam a sociedade. No caso da resiliência, foi percebida, por um lado, como o desenvolvimento de estratégias individuais de enfrentamento das adversidades, que demonstram a resiliência no seu caráter adaptativo. Nesse aspecto, foram encontradas ações de participantes que buscaram driblar as adversidades decorrentes da condição de pobreza e também formas autônomas de cuidar da saúde. No entanto, por outro lado também surgiu, embora de uma maneira mais tímida, a compreensão da potência da coletividade e da rede de relações como ferramenta de reivindicação de direitos e de transformação da realidade. Nesse caso, os resultados apontaram para a compreensão da necessidade de agir em coletividade para reivindicar direitos. Dessa forma, para pensar no enfrentamento da pobreza, deve ser considerada a

condição de agente dos sujeitos, ou seja, a capacidade de ação de grupos e indivíduos, considerando a rede de relações e de apoio social existente, bem como, os potenciais de mudanças estruturais.

Essa pesquisa traz contribuições no sentido de problematizar as implicações da pobreza no fatalismo e na resiliência de moradores da zona rural, os quais surgem também como estratégia de enfrentamento das condições adversas. Compreender esses processos pode auxiliar no planejamento de políticas públicas que possam contribuir tanto para o fortalecimento dos indivíduos, como também para construir redes coletivas de ações voltadas para a transformação das condições opressoras.

Algumas limitações desse estudo podem impulsionar futuras pesquisas, como a análise sobre os determinantes políticos, econômicos e sociais da pobreza e as discussões sobre a perspectiva de gênero, tendo em vista que as mulheres foram a maioria das participantes da pesquisa.

## Referências

- ACCORSI, A.; SCARPARO, H. (2016). Representações Sociais da Pobreza. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (org.) **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 67-94.
- ANSARA, S.; DANTAS, B. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 95-103, 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a12>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- BLANCO, A.; DIÁZ, D. El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. **Psicothema**, v. 19, n. 4, p. 552-558, 2007. Disponível em < <http://www.psicothema.com/pdf/3396.pdf> >. Acesso em: 06 set. 2018.
- BORSOI, I. C. F. Acidente de trabalho, morte e fatalismo. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n.1, p.17-28, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000100004> Acesso em: 06 set. 2018.
- BURT, M.; SANABRIA, L. F. El Semáforo de Eliminación de Pobreza y Su Enfoque Multidimensional y Psicosocial. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (org.) **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 187-210.
- ESPARZA, O.A., WIEBE, J.S.; QUINONES, J. Simultaneous Development of a Multidimensional Fatalism Measure in English and Spanish. **Current Psychology**, v. 34, n. 4, p. 597–612, 2015. Disponível em < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4703606/> >. Acesso em: 26 nov. 2018.
- GÓIS, C.W. L. *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. São Paulo, SP: Hucitec, 2008.
- GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR, F. Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 2, p. 231-240, 2007. Disponível em < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902007000200014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000200014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 12 set.. 2018
- GUZZO, R. S. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: caminhos possíveis. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (Orgs.) **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 149-164.

- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- LUZ, R. S. **Trabalho Alienado em Marx: A Base do Capitalismo**. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em < <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2802/1/408014.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017. 336 p.
- MARTINS, M.; ARAUJO, F. M. B. Pedagogia Social e resiliência: diálogos possíveis. **Education policy analysis archives**, v. 21, p. 1-12, abr. 2013. Disponível em < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275029728045>> Acesso em: 26 nov. 2018.
- MOURA Jr., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C.. A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. **Quaderns de Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 85-93, nov. 2014. Disponível em < <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1174> >. Acesso em: 15 ago. 2018.
- POLETTI, M.; KOLLER, S. H. Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. In: AGLIO, D. D. Dell. KOLLER, S. H.; YUNES, MATTAR, M. A. **Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 19-44.
- ROOKE, M. I. Aspectos conceituais e metodológicos da resiliência psicológica: uma análise da produção científica brasileira. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 2, p. 671-687, 2015. Disponível em < <http://www.redalyc.org/pdf/4518/451844504013.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- SANTOS, T. G. D. et al.. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de saúde pública**, v.34, p. 2-17, 2018. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2018.v34n4/e00066917/pt>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- SAWAIA, B. B. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social? **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 4-17, 2014. Disponível < <file:///C:/Users/UFC/Desktop/107535-716368-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 144p.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000. 416p.
- SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social diferentes concepções e compromissos políticos** 2011. 374f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em< <https://werenclog.firebaseio.com/aa994/pobreza-e-servio-social-diferentes-concepes-e-compromissos-politicos-portuguese-edition-by-luana-siqueira-b00pr3g3my.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- SILVA, L. B da et al. Apoio social como modo de enfrentamento à pobreza. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F.. (Org.). **Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e Resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editoria, 2016, p. 289-310.
- SILVA, A. P.; CLETO, E. A. Resiliência e reconhecimento em neocomunidades: o caso da comunidade quilombola Morro de São João -TO. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 13, n. 3, 1- 20, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2016v13n3p1>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- TABOADA, N. G.; LEGAL, E. J.; MACHADO, N. Resiliência: em busca de um conceito. **Rev. bras. crescimento desenvolv. Hum.**, São Paulo , v. 16, n. 3, p. 104-113, dez. 2006 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822006000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em:19 nov. 2018



XIMENES, V. M. et al. Impactos da seca na saúde mental de moradores de uma comunidade rural. *PSI UNISC*, v. 1, n. 1, p. 32-45, ago. 2017. Disponível em < file:///C:/Users/UFC/Desktop/9616-47772-3-PB.pdf >. Acesso em: 14 ago. 2018.

XIMENES, V. M. et al. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v.21, n.2, p. 146-156, 2016. Disponível em < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/159314/001015497.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 02 nov. 2018.

VALLEJO-MARTÍN, M.; MORENO-JIMÉNEZ, M.; RÍOS-RODRÍGUEZ, M. L. Sentido de comunidad, fatalismo y participación en contextos de crisis socioeconómica. **Psychosocial Intervention**, v.26, n.1, p. 2-7, abril 2017. Disponível em < [http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1132-05592017000100001](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1132-05592017000100001) >. Acesso em: 24 out. 2018.